

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013

1

Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013	Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo)
Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e dá outras providências.	Cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, destinado a financiar e apoiar as atividades e programas da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. O Fundo deverá atender aos objetivos de garantir a aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006; ampliar e fortalecer a rede de serviços especializada; garantir o acesso à justiça; assegurar os direitos sexuais e reprodutivos e enfrentar a exploração sexual e o tráfico de mulheres; e garantir a autonomia das mulheres em situação de violência e a ampliação dos seus direitos.	Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, de natureza contábil, destinado a financiar as ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Parágrafo único. O Fundo deve atender, na forma de seu regulamento, aos objetivos traçados pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em consonância com o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) .
Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres:	Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres:
I – dotações orçamentárias da União, dos Estados e Municípios;	I – as dotações consignadas na lei orçamentária da União;
II – doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venham a ser recebidos de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;	II – as doações, as contribuições em dinheiro, os valores, os bens móveis e imóveis que venham a ser recebidos de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;
III – recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;	III – os recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;
IV – recursos confiscados ou provenientes da alienação dos bens perdidos em favor da União Federal, observada a legislação pertinente;	
V – multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado;	
VI – fianças quebradas ou perdidas, em conformidade com o disposto na lei processual penal;	
VII – cinquenta por cento do montante total das causas judiciais recolhidas em favor da União Federal, observada a legislação pertinente;	
VIII – dois por cento do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias, no âmbito do Governo Federal;	
IX – rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;	IV – os rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;
	V – os saldos de exercícios anteriores;
X – outros recursos que lhe forem destinados.	VI – outros recursos que lhe forem destinados.
Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de	Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013

2

Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, serão aplicados nas ações de prevenção, combate, assistência e garantia de direitos das mulheres, em:	Enfrentamento à Violência Contra a Mulher serão aplicados em:
I – construção, reforma, ampliação e aprimoramento dos serviços previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;	I – implantação, reforma, manutenção, ampliação e aprimoramento dos serviços e equipamentos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;
II – manutenção dos equipamentos sociais;	II – formação, aperfeiçoamento e especialização dos serviços de garantia de direitos e assistência às mulheres em situação de violência, bem como prevenção e combate à violência;
III – formação, aperfeiçoamento e especialização dos serviços especializados;	III – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados imprescindíveis ao funcionamento dos serviços referidos neste artigo;
IV – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados;	IV – implantação de medidas pedagógicas, campanhas e programas de formação educacional e cultural consoantes com os objetivos e prioridades da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;
V – implementação de medidas pedagógicas;	V – programas de assistência jurídica às mulheres em situação de violência;
VI – campanhas;	VI – participação de representantes oficiais em eventos científicos nas áreas da saúde, ciências sociais e jurídicas, relacionados à temática da violência contra a mulher;
VII – formação educacional e cultural;	VII – participação de representantes oficiais em eventos científicos relacionados à temática da violência contra as mulheres;
VIII – programas de assistência jurídica;	VIII – publicações e programas de pesquisa científica nas áreas da saúde, ciências sociais e jurídicas, relacionados à temática da violência contra a mulher;
IX – participação de representantes oficiais em eventos científicos nas áreas da saúde, ciências sociais e jurídicas, relacionados à temática da violência contra a mulher;	IX – custos de sua própria gestão, exceto despesas de pessoal relativas a servidores(as) públicos(as);
X – publicações e programas de pesquisas científicas nas áreas da saúde, ciências sociais e jurídicas, relacionados à temática da violência contra a mulher;	XII – programas de assistências a mulheres em situação de violência;
XI – Custos de sua própria gestão, excetuando-se despesas de pessoal relativas a servidores(as) públicos(as);	XIII – e outros critérios a serem fixados para sua utilização.
XII – programas de assistências a mulheres em situação de violência;	
XIII – e outros critérios a serem fixados para sua utilização.	
Art. 4º Os recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, poderão ser repassados, mediante convênios, acordos ou ajustes, que se enquadrem nos objetivos fixados conforme o art. 3º.	
Parágrafo único. Os saldos verificados no final de cada exercício financeiro serão obrigatoriamente transferidos para créditos do Fundo Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres no exercício seguinte.	
Art. 5º O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas – SINESP deverá incluir nos dados a serem coletados, informações sobre violência contra a mulher, conforme os termos da lei, e fornecer e atualizar os dados para a Secretaria de Políticas para as Mulheres.	
Art. 6º O Poder Executivo disporá sobre os atos	



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 298, 3 de 2013

necessários à regulamentação desta Lei.	
Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

3

